

Concessionária de
Rodovia Sul-
Matogrossense S.A.
(Companhia Aberta)

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e
2018 e relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	19
Balanco patrimonial	25
Demonstração do resultado	26
Demonstração do resultado abrangente	27
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	28
Demonstração do fluxos de caixa - Método indireto	29
Demonstração do valor adicionado	30
Notas explicativas às demonstrações financeiras	31

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A, relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.1 Apresentação

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 0,09270/km referenciado a maio/2012, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 0,04381/km (deságio de 52,74%).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163/MS integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,4 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão e passa por 21 cidades lindeiras: Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Juti, Caarapó, Dourados, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia, Campo Grande, Jaraguari, Rochedo, Bandeirantes, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora.

O Contrato de Concessão foi assinado em 11 de março de 2014 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, o que ocorreu 30 dias após a assinatura.

A BR-163/MS constitui o principal canal de escoamento da produção de commodities agrícolas da região até os portos de Santos/SP e Paranaguá/PR.

1.2 Destaques de 2019

A Companhia concluiu desde o início das obras um total de 150,4 km de duplicação, já vistoriados e liberados para o tráfego pela fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Em 30 de novembro de 2019, foram aplicados o 4º reajuste ordinário e o 6º reajuste extraordinário conforme deliberação nº 1.024 de 26 de novembro de 2019, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão. No entanto, a Companhia obteve suspensão dos efeitos da deliberação no mesmo dia 30 de novembro, com a consequente suspensão da redução da tarifa até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual. Deste modo, a Companhia retomou a cobrança do valor anterior da tarifa às 00:00 do dia 1º de dezembro de 2019.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 O mercado

A região onde a Companhia está inserida tem forte dependência econômica do setor do agronegócio. O escoamento dos principais produtos agrícolas produzidos na região Centro-Oeste influencia diretamente o tráfego que transita pela BR-163/MS.

2.2 Desempenho

Em R\$ mil	2019	2018	Var.%
Receita líquida	291.883	408.832	-28,6%
Receita de pedágio	291.394	293.626	-0,8%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	19.119	132.990	-85,6%
Outras receitas	7.257	8.409	-13,7%
(-) Deduções da receita bruta	(25.887)	(26.193)	-1,2%
(-) Custos e despesas (a)	(300.251)	(380.212)	-21,0%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(19.119)	(132.990)	-85,6%
Demais custos e despesas	(281.132)	(247.222)	13,7%
(-) Resultado financeiro líquido	(14.662)	(6.961)	110,6%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(32.018)	(7.756)	312,8%
Lucro líquido	(55.048)	13.903	-495,9%
(+) Resultado financeiro líquido	14.662	6.961	110,6%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	32.018	7.756	312,8%
EBIT (b)	(8.368)	28.620	-129,2%
Margem EBIT	-2,9%	7,0%	-9,9
(+) Provisão de manutenção	54.134	53.759	0,7%
EBIT Ajustado	45.766	82.379	-44,4%
Margem EBIT ajustada (c)	-3,1%	10,4%	-13,5
(+) Depreciação/amortização	50.758	43.994	15,4%
EBITDA (b)	42.390	72.614	-41,6%
Margem EBITDA	14,5%	17,8%	-3,3
(+) Provisão de manutenção (d)	54.134	53.759	0,7%
EBITDA ajustado	96.524	126.373	-23,6%
Margem EBITDA ajustada (e)	35,4%	45,8%	-10,4
Dívida líquida	839.376	826.029	1,6%
Investimentos	26.438	146.643	-82,0%
Veículos equivalentes (em milhares)	44.171	44.616	-1,0%

- (a) Custos e despesas: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "1") e 17 - Provisão de manutenção.
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

2.2.1 Receita Líquida

Receita de pedágio: Em 2019 a arrecadação totalizou R\$ 291.394 em Receita de Pedágio, comparando com 2018 apresentou-se uma queda de 0,8%. Foi possível identificar uma perda de 1,16 milhões de eixos nas commodities do agronegócio quando comparado com 2018. Sem o efeito da greve, que impactou a base comparativa, os veículos pesados apresentariam uma retração ainda maior, justificado pelos principais fatores: 01) Quebra de safra de soja em MS; 02) Sistema Arco Norte/Ferrovia e 03) Fertilizantes. A Concessionária vem identificando uma redução nas cargas de fertilizantes com destino à Mato Grosso percorrendo a BR-163/MS, o que vem de encontro com as informações do relatório de movimentações da Rumo Malha Norte, que demonstra um aumento significativo nas movimentações de fertilizantes via modal ferroviário em Rondonópolis/MT, impactando negativamente o tráfego da Companhia.

Receita de construção: Em 2019 a receita de construção ficou em R\$ 19.119, sendo que o maior volume ocorreu na restauração de pavimento, comparando com 2018 o saldo é inferior em 85,6%. Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Outras receitas: Referem-se às receitas oriundas da análise de projetos para emissão de termos de anuência e estudos de acessos à rodovia, utilização da faixa de domínio por adutoras, redes de energia elétrica e redes de fibra óptica. Em 2019 a receita foi inferior em 13,7% comparando com o ano anterior, porque em 2018 a Companhia regularizou o contrato referente ao abastecimento de rede de água e esgoto relativos aos exercícios de 2014 a 2018.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os custos e as despesas totais diminuíram 21% no exercício de 2019 em relação a 2018, alcançando o valor de R\$ 300.251. Esta variação deve-se principalmente à postergação dos serviços de reparo no pavimento.

2.2.3 Investimentos

Durante o exercício de 2019, foram investidos R\$ 26.438 em obras, equipamentos e veículos. Esses valores, quando adicionados aos R\$ 146.643 realizados em 2018, perfazem o montante de R\$ 1.744.272 realizados nos 5 anos de implementação do plano de investimentos da Companhia.

Os principais projetos desde o início da Concessão da Rodovia foram:

- Duplicação da Rodovia em **150,4 km**
- Restauração de pavimento em **623 km**
- Implantação de Fibra Óptica em **384 km**
- Câmeras CFTV Implantadas **477 unidades**
- Painéis Fixos de Mensagens Variáveis **18 unidades**
- Painéis Móveis de Mensagens Variáveis **17 unidades**
- Torres de Radiocomunicação **12 unidades**
- Torres de Transmissão de Dados **17 unidades**
- Analisadores de Tráfego (SAT) **59 unidades**
- Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) – **17 Bases Operacionais**
- Implantação e Operação de Praças de Pedágio – **09 unidades**
- Instalações definitivas - **CCO, Sede e Escritório da ANTT**

Além destes, alguns projetos seguem em andamento:

- Melhorias na sinalização horizontal e vertical;
- Melhorias em elementos de drenagem e obras de arte correntes;
- Melhorias em elementos de proteção e segurança.

2.2.4 Captação de Recursos

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646.000 com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109.915. No dia 15 de abril de 2016, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587.039. Além disso, no mesmo ano a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527.288 e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210.000. Em outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147.050 de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107.405 dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal. A Companhia não obteve novos desembolsos em 2018 e 2019.

A Companhia não contratou novos financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

2.2.5 Valor Adicionado

Em 2019, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Companhia foi de R\$ 121.231, representando 40,59% da Receita Operacional Bruta, o que representa um decréscimo de 17,02% em relação a 2018, em que o valor adicionado foi de R\$ 173.989 representando 57,61% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

2.2.6 Política de Distribuição de Dividendos

O Estatuto Social (art. 33) determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. Os dividendos atribuídos aos acionistas da Companhia serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral. Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de três anos reverterão em favor da Companhia. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, podendo, ainda, levantar balanços em períodos menores e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas limitações previstas em lei. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de: (i) balanço patrimonial semestral; ou (ii) lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

A Companhia não distribuiu dividendos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

2.2.7 Planejamento Empresarial

A Companhia continua com a prestação de serviços de atendimento aos usuários da BR-163/MS com socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional 24 horas, todos os dias do ano, buscando com excelência torná-la uma Rodovia da Vida.

2.2.8 Gestão da Qualidade

No exercício de 2019, a Companhia passou por auditoria de recertificação da norma NBR ISO 14001 versão 2015 compreendendo o escopo: cobrança de receitas acessórias na faixa de domínio, monitoramento do tráfego pelo centro de controle operacional e através do 0800, canal de ouvidoria para recebimento e tratativa de reclamações, sugestões e solicitações, monitoração e conservação da faixa de domínio, arrecadação da tarifa de pedágio, serviço de atendimento ao usuário (SAU) através de resgate médico, resgate mecânico, inspeção de tráfego, combate a princípio de incêndio e apreensão e/ou afugentamento e resgate de animais do sistema rodoviário da BR-163/MS. Conforme ABNT NBR ISO 14001, o objetivo da Norma é “prover à organização uma estrutura para proteção do meio ambiente e possibilitar uma resposta às mudanças das condições ambientais em equilíbrio com as necessidades socioeconômicas”. Através da Gestão Socioambiental é possível proteger o meio ambiente, melhorar a eficiência do desempenho e reduzir custos, reafirmando o comprometimento da concessionária na participação ativa para o desenvolvimento regional.

2.2.9 Recursos Humanos

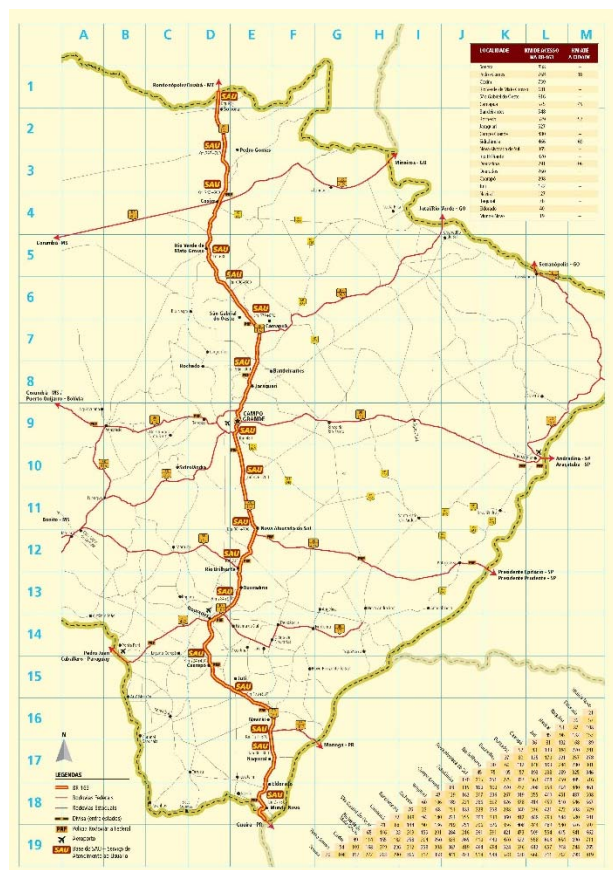
Em 2019 foram contratados 187 novos colaboradores para diversas áreas da Concessionária. A média/ano de turnover ficou em 3,45%. O destaque está nas capacitações internas (NR's 5, 6, 11 e 12, PTI – Programa de Treinamento Interno do APH e Tráfego), o que refletiu em redução de gastos e efetividade dos resultados dos treinamentos.

Encerramos 2019 com 746 colaboradores próprios e 212 colaboradores terceirizados.

3. Indicadores Operacionais

Em 11 de outubro de 2019, a Concessionária completou cinco anos de implantação do serviço de atendimento aos usuários da BR-163/MS com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional.

As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais atendendo 24 horas, todos os dias do ano.



3.1 Caracterização do Tráfego

3.1.1 Volume

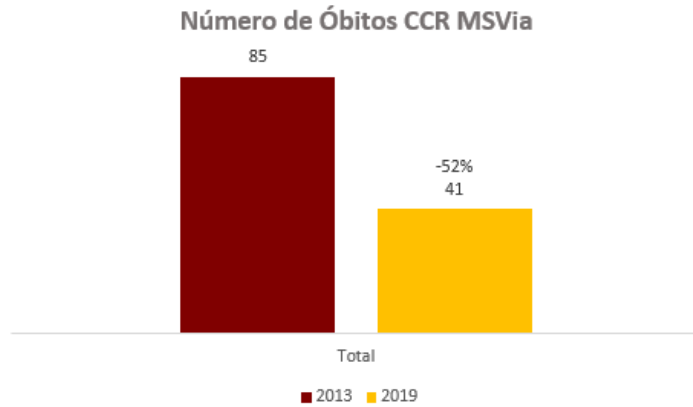
Na tabela é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês em cada Praça de Pedágio.

	P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	P09	TOTAL
Janeiro	12.877	12.736	12.323	10.838	17.302	18.767	16.300	13.866	13.887	128.897
Fevereiro	12.665	13.264	12.333	10.409	16.799	18.674	16.096	12.857	13.258	126.356
Março	10.906	11.243	10.930	9.381	15.258	17.074	14.484	11.598	12.048	112.923
Abril	10.111	10.489	10.059	9.220	14.368	16.041	13.123	10.752	11.032	105.196
Mai	10.368	11.265	10.616	9.202	14.519	16.466	13.621	10.986	11.232	108.275
Junho	11.491	13.756	11.538	9.359	15.491	17.482	14.854	11.811	11.853	117.634
Julho	17.360	18.737	14.935	10.883	16.881	19.319	16.260	12.977	13.294	140.647
Agosto	17.051	17.918	15.296	10.716	15.944	18.257	14.914	11.992	12.211	134.299
Setembro	13.695	14.864	13.053	10.374	15.908	18.530	15.082	12.247	11.958	125.711
Outubro	13.641	14.131	12.593	10.356	16.021	18.146	15.009	12.425	11.647	123.968
Novembro	12.078	12.302	11.341	9.943	15.060	17.078	14.080	11.892	11.132	114.906
Dezembro	10.699	11.155	11.540	10.485	15.599	16.966	13.950	11.871	10.974	113.239
ANO	12.756	13.497	12.220	10.099	15.760	17.730	14.810	12.105	12.040	121.017

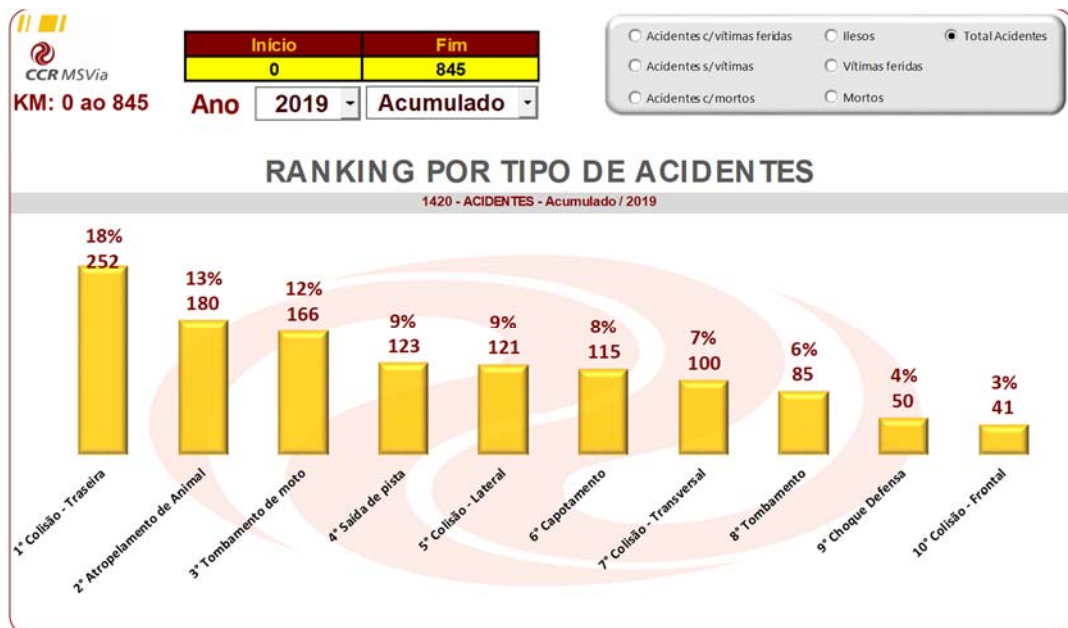
*Sem Evasão

3.2 Segurança no Trânsito

No exercício de 2018 o índice de acidentes ficou registrado em 0,79%, em 2019 houve uma redução no qual o índice ficou registrado 0,78%. Comparando o número de vítimas fatais com 2013 quando a rodovia não era concessionada houve uma redução de 52%.



Nas figuras são demonstrados os percentuais e valores de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por quantidade de eventos por tipo de veículo, por gravidade e com número de pessoas envolvidas no exercício corrente e no exercício anterior.

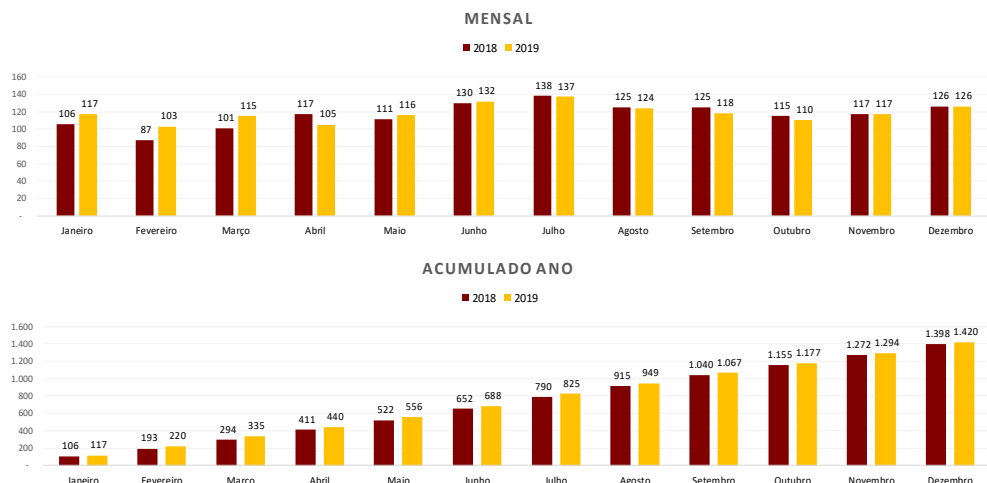


ACOMPANHAMENTO MENSAL DE ACIDENTES - CCR MSVia 2019 -

Ano / Acidentes	Acumulado	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Total acidentes	1.420	117	103	115	105	116	132	137	124	118	110	117	126
Acidentes c/ vítimas feridas	623	50	45	55	45	49	49	56	56	62	53	45	58
Acidentes s/ vítimas	760	64	56	57	57	65	80	79	60	53	55	68	66
Acidentes c/ mortos	37	3	2	3	3	2	3	2	8	3	2	4	2
Atropelamento Fatal	6	-	1	-	1	-	-	-	2	-	1	1	-
Atropelamento	22	2	2	1	3	1	3	2	-	2	3	1	2
Nº. Vítimas feridas	1.008	79	64	92	73	72	89	124	75	88	84	70	98
Nº. Mortos	41	3	3	4	3	2	3	2	8	3	2	6	2

Fonte: CCO - MSVia

Total acidentes



3.3 Dados de Operação da Concessão

3.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo Veiculo	Quantidade	Qtde/100km
Guincho Leve	17	2,01
Guincho Pesado	8	0,95
Veículo de Inspeção	19	2,25
Ambulância de Resgate - Tipo C	12	1,42
Ambulância de Suporte Avançado - Tipo D	5	0,59
Caminhão Pipa	5	0,59
Caminhão Apreensão de Animais	5	0,59
Manutenção de Equipamentos	13	1,54
Administrativo	42	4,97
Fiscalização (ANTT)	4	0,47
Sela Trinca	2	0,24
Veículos de Pintura	3	0,36
Total	135	15,98

No exercício de 2019, foram registrados 84.371 atendimentos ao usuário por meio do serviço 0800 e 136.358 acionamentos de recursos, destacando-se:

- 80.883 (outros atendimentos) acionamentos de viaturas de inspeção de tráfego, caminhão-pipa e apreensão de animais;
- 43.394 (atendimentos mecânicos) acionamentos de guinchos leve e pesados;
- 3.518 (atendimentos médicos) acionamentos de ambulância/resgate.

3.3.2 Funcionários Alocados

São apresentados na tabela as quantidades de colaboradores empregados pela Companhia na operação da Concessão no último mês ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de colaboradores pelo VDMA (Volume Diário Médio Anual) equivalente da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de colaboradores pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo Função	Quantidade	Qtde/VDMA
Agente Administrativo	6	0,50
Agente Atendimento - APH Enfermeiro	24	1,98
Agente Atendimento - APH Socorrista	170	14,05
Agente Atendimento - Monitoramento	185	15,29
Agente Atendimento - Pesagem	4	0,33
Agente Manutenção Frota	1	0,08
Supervisor Interação Com Cliente	5	0,41
Coord. Interação Com Cliente	5	0,41
Analista Atendimento	1	0,08
Gestor Atendimento	1	0,08
Total Operacional	402	33,22
Agente Atendimento - Arrecadação	160	13,22
Líder Arrecadação	15	1,24
Supervisor Administrativo	2	0,17
Total Pedágio	177	14,63
Agente Administrativo	18	1,49
Agente Atendimento - APH Socorrista	4	0,33
Agente Atendimento - Arrecadação	3	0,25
Agente Atendimento - Monitoramento	8	0,66
Agente Conservação	12	0,99
Agente Econ. Financeiro	1	0,08
Agente Engenharia	17	1,40
Agente Especializado Tecnologia	1	0,08
Agente Gestão Pessoas	1	0,08
Agente Manutenção	15	1,24
Agente Manutenção Frota	4	0,33
Agente Manut Eqpto Sistemas	6	0,50
Agente Motorista	1	0,08

Tipo Função	Quantidade	Qtde/VDMA
Agente Secretaria	1	0,08
Agente Suporte Sistemas	2	0,17
Agente Suprimentos	1	0,08
Analista Administração	1	0,08
Analista Adm. Contrato	1	0,08
Analista Comercial	1	0,08
Analista Comunicação	1	0,08
Analista Engenharia Viária	10	0,83
Analista Jurídico	1	0,08
Analista Meio Ambiente	1	0,08
Analista Planejamento e Controle	1	0,08
Analista Qualidade	1	0,08
Analista Relações Institucionais	1	0,08
Analista Sistemas Atendimento	1	0,08
Aprendiz Assist. Administrativo	24	1,98
Coord. Gestão Pessoas	1	0,08
Coord. Médico Trabalho	1	0,08
Coord. Planejamento Controle	1	0,08
Engenheiro Segurança Trabalho	1	0,08
Gestor Adm. Contrato	1	0,08
Gestor Comunicação	1	0,08
Superintendente de Unidade	1	0,08
Supervisor Administrativo	9	0,74
Supervisor Engenharia	5	0,41
Supervisor Manut EQPTO Sistemas	3	0,25
Supervisor Manutenção Frota	1	0,08
Técnico Segurança Trabalho	3	0,25
Total Áreas De Apoio	167	13,80
Total Geral	746	61,64

3.4 Aspectos Financeiros

Nos quadros a seguir temos um breve detalhamento de alguns números da Companhia

– Receita de Pedágio/Acessória (em R\$ mil)

Em 2019	Acumulada
298.651	1.273.145

- Investimentos (em R\$ mil)

Em 2019	Acumulado
26.438	1.744.272

- Custos Operacionais (em R\$ mil)

Em 2019	Acumulado
300.251	2.549.686

- ISS Repassados (em R\$ mil)

A tabela mostra o total de ISS repassados para as prefeituras no exercício de 2019

Em 2019	Acumulado
16.984	117.072

- Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes as tarifas praticadas no exercício de 2019 em cada praça de pedágio, por categoria de veículo

Eixos	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
1	R\$ 5,10	R\$ 7,00	R\$ 7,00	R\$ 7,10	R\$ 7,80	R\$ 6,10	R\$ 5,90	R\$ 7,80	R\$ 5,80
2	R\$ 10,20	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 14,20	R\$ 15,60	R\$ 12,20	R\$ 11,80	R\$ 15,60	R\$ 11,60
3	R\$ 15,30	R\$ 21,00	R\$ 21,00	R\$ 21,30	R\$ 23,40	R\$ 18,30	R\$ 17,70	R\$ 23,40	R\$ 17,40
4	R\$ 20,40	R\$ 28,00	R\$ 28,00	R\$ 28,40	R\$ 31,20	R\$ 24,40	R\$ 23,60	R\$ 31,20	R\$ 23,20
5	R\$ 25,50	R\$ 35,00	R\$ 35,00	R\$ 35,50	R\$ 39,00	R\$ 30,50	R\$ 29,50	R\$ 39,00	R\$ 29,00
6	R\$ 30,60	R\$ 42,00	R\$ 42,00	R\$ 42,60	R\$ 46,80	R\$ 36,60	R\$ 35,40	R\$ 46,80	R\$ 34,80
7	R\$ 35,70	R\$ 49,00	R\$ 49,00	R\$ 49,70	R\$ 54,60	R\$ 42,70	R\$ 41,30	R\$ 54,60	R\$ 40,60
8	R\$ 40,80	R\$ 56,00	R\$ 56,00	R\$ 56,80	R\$ 62,40	R\$ 48,80	R\$ 47,20	R\$ 62,40	R\$ 46,40
9	R\$ 45,90	R\$ 63,00	R\$ 63,00	R\$ 63,90	R\$ 70,20	R\$ 54,90	R\$ 53,10	R\$ 70,20	R\$ 52,20

3.5 Concessionária em números

Dados anuais		Unidade de medida ou comentário
Quilômetros de rodovia	845	
Número de veículos que transitaram	17.356.501	Quantidade por tamanho (leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos leves	9.755.559	
Motos	318.889	
Caminhões	6.709.656	
Ônibus	107.426	
Veículos isentos	464.392	
Motos isentas	579	
Número de praças de pedágios	9	
Tarifa		Tarifa (informação detalhada no item 3.4)
P1 – Mundo Novo	5,10	
P2 – Itaquirai	7,00	
P3 – Caarapó	7,00	
P4 – Rio Brillhante	7,10	
P5 – Campo Grande	7,80	
P6 – Jaraguari	6,10	
P7 – São Gabriel do Oeste	5,90	
P8 – Rio Verde	7,80	
P9 – Pedro Gomes	5,80	
Número de quilômetros mantidos	845	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	121.071	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	121.071	Média anual
Equips. utilizadas pelo concessionário		Veículos, Maquinaria, Balanças, etc.
Praças de pedágio	9	
Bases Operacionais	17	
Balanças	3	
Ambulâncias de Resgate	17	
Guincho Leve	17	
Guincho Pesado	8	
Veículo Inspeção de Tráfego	19	
Veículo Apreensão de Animais	5	
Veículo Caminhão Pipa	5	
Índices de qualidade de estrada	N/A	Por exemplo, índice de Rugosidade
Receita de pedágio	291.394	Expresso em milhares de reais
Custos associados às receitas de pedágio	25.887	Expresso em milhares de reais
Fator Trabalho		
Número de Trabalhadores	746	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	402	
Pedágio	177	
Áreas de Apoio	167	
Despesas de Pessoal	39.794	
Operacional	21.444	
Pedágio	9.442	
Áreas de Apoio	8.908	

Dados anuais		Unidade de medida ou comentário
<u>Fator Capital</u>		
Despesas de Depreciação	50.758	Regra de depreciação empregada
Ativo Líquido (disponibilidades)	11.765	
Ativo Bruto	2.003.958	
Série Histórica dos Investimentos	1.744.272	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	(136.013)	Custo de capital
<u>Fatores Intermediários</u>		
Despesas em Administração	40.437	Em valores monetários, não incluir despesas trabalhistas administrativas
Despesas em Manutenção	80.336	Valores monetários
Outras Despesas	16.742	
<u>Seguridade</u>		
Quantidade de Acidentes	1.420	Na medida do possível, separados entre aquele em que houve vítimas ou apenas danos e lesões
Acidentes c/ vítimas feridas	623	
Acidentes s/ vítimas	760	
Acidentes c/ mortos	37	
Vítimas feridas	1.008	
Mortos	41	
<u>Indicadores</u>		
Receita por veículo ou KM	2,41	
Custo por veículo ou KM	1,46	
Quilômetros de rodovia	845	

3.6 Balanço Social

Faturamento bruto	2019	2018
Receita líquida (RL)	291.883	408.832
Resultado operacional (RO)	(8.368)	28.620
Folha de pagamento bruta (FPB)	40.549	
Folha de pagamento bruta - total remunerações	20.976	19.697
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	**	**

**Não temos informações para esse item, visto que Gestão de Pessoas não faz a gestão deste item.

4. Demais Assuntos

4.1 Governança Corporativa

A Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto de propósito exclusivo e específico, e subsidiária integral da CPC (Companhia de Participações em Concessões).

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo Eduardo Siqueira Moraes Camargo o Presidente do Conselho e demais membros efetivos: Josiane Carvalho de Almeida e Sami Farah Junior. A Diretoria, composta por dois membros foi eleita pelo Conselho de Administração: Guilherme Motta Gomes, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e como Diretor Operacional eleito Sami Farah Junior.

4.2 Sustentabilidade

A sustentabilidade é entendida pelo Grupo CCR como um pilar estratégico para impulsionar a geração de valor no longo prazo para seus acionistas, clientes, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades de melhoria e mensurar os impactos ambientais, sociais e econômicos de nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para a sustentabilidade que permeia toda a companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade no Grupo CCR é decidida colegiadamente através da Diretoria Executiva, do Comitê de Riscos e Reputação e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as unidades de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise de todos os projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável por performar todo o investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas cria a base para que a gestão da sustentabilidade ocorra de forma homogênea em todos os negócios e em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse:

<http://ri.ccr.com.br/governanca-corporativa/politicas-estatuto-codigo-de-etica-e-acordo-de-acionistas/>

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. A edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade está disponível em <http://www.grupoccr.com.br/ri2018/index.html>.

4.3 Compromissos

A Concessionária está em conformidade aos Princípios do Equador segundo o 6º Relatório de Monitoramento que contém as informações relacionadas a verificação do cumprimento do Plano de Ação Socioambiental (ESAP) atestando que as diretrizes Socioambientais estão sendo atendidas.

Em 2019 a Companhia realizou ações do programa (i) Estrada para Saúde, destinado ao bem-estar do motorista de caminhão com foco na melhoria da qualidade de vida e redução de acidentes; e (ii) Campanhas Educativas para os usuários da rodovia.

4.4 Destaques do Período

O exercício de 2019 foi inteiramente voltado ao usuário da BR-163/MS com inúmeras campanhas de conscientização mantendo o foco em torná-la em uma Rodovia da Vida.

Mês	Palestra		Panfletagem	Ação Educativa
	Qtd Palestra	Público Atingido		
Janeiro	-	-	13.000	15
Fevereiro	-	-	6.576	45
Março	-	-	18.931	24
Abril	2	2.000	26.448	26
Maio	39	7.001	34.072	128
Junho	-	-	16.250	20
Julho	4	420	41.735	61
Agosto	2	100	3.868	16
Setembro	24	1.960	13.189	109
Outubro	2	40	16.816	71
Novembro	1	30	14.761	172
Dezembro	-	-	23.474	126
TOTAL	74	11.551	229.120	813

Em parceria com a Polícia Rodoviária Federal foram distribuídos 6.565 bafômetros descartáveis.

4.5 Reconhecimento

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das unidades tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Os prêmios e reconhecimentos de destaque recebidos pela Companhia em 2019 foram:

- Reconhecimento na Auditoria de Monitoramento Socioambiental exigida pela Caixa Econômica Federal destacando “o alto nível de comprometimento com a gestão socioambiental do empreendimento conforme demonstrado até o momento, mesmo no atual período de incerteza quanto ao futuro do contrato de concessão da rodovia”.
- Carinho e valorização pelo ser humano: Usuário, com autismo moderado gosta muito de caminhões, ônibus e rodovia, após ter recebido um folheto educativo da MSVia começou a enviar diversas cartas para as praças de pedágio. Sabendo disso um Coordenador de Interação com o Cliente o presenteou com um “Kit MSVia”, contendo mini viaturas iguais as utilizadas pela empresa, uma montagem de fotos com a viaturas do SAU e material educativo com adesivos e dicas de segurança. A família ficou encantada com o gesto do colaborador mencionando que “ele merece os parabéns não só como funcionário, mas como ser humano que disponibilizou seu tempo para demonstrar esse carinho e atenção para uma pessoa desconhecida”.
- Usuários agradecem pela “atenção, dedicação e profissionalismo dos colaboradores” na captura do seu animal de estimação que se perdeu na rodovia.

- Elogios pelos Usuários da Rodovia BR-163/MS: a quantidade de elogios recebidos pelos colaboradores do Atendimento vem crescendo significativamente através do nosso canal de 0800, no exercício de 2019 foi alcançado o total de 5.460 elogios, comparando com 2018 a quantidade de elogios cresceu 86% demonstrando um grande empenho dos colaboradores.

4.6 Considerações Finais

4.6.1 Agradecimentos

Neste exercício de 2019 a Companhia agradece aos usuários, acionistas, pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida com objetivo de transformar a rodovia da morte em “Rodovia da Vida”.

A Concessionária agradece também aos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

4.6.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, não foram contratados nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.6.3 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

4.6.4 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e aprovou as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Campo Grande, 05 de março de 2020.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Campo Grande – MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as Notas explicativas 2(m) e 8 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social possam ser realizados.</p> <p>Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são afetadas pelo momento da realização das diferenças tributáveis as quais são impactadas pelas condições futuras esperadas da economia e do mercado, tais como reduções ou crescimentos econômicos e volume de tráfego.</p>	<p>Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão das análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em tributos diretos, efetuamos o recálculo matemático da apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos e avaliamos se as adições e exclusões estão de acordo a legislação tributária.</p> <p>Efetuamos o recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros, baseados na reversão das diferenças tributáveis, para a realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social.</p> <p>Consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras, quanto ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas na determinação do lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Contingências passivas

Veja as Notas explicativas 2(i) e 16 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e previdenciário decorrentes do curso normal de suas atividades.</p> <p>As estimativas de desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes.</p> <p>Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades nos âmbitos cíveis e trabalhistas, face ao elevado grau de complexidade de algumas leis e regulamentos no Brasil, podem impactar significativamente o montante reconhecido e divulgado nas demonstrações financeiras.</p> <p>Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos.</p> <p>Efetuamos o envio de cartas de confirmação de posição de contingências aos advogados externos na data-base de 31 de dezembro de 2019 e realizamos o confronto entre os relatórios de contingências preparado pela Companhia e as respostas das cartas de confirmação.</p> <p>Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos às principais contingências que a Companhia está envolvida.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os saldos relacionados às contingências passivas, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 2(g) e 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e, utilizou o cálculo do valor justo menos custo de venda, para mensuração do valor recuperável.</p> <p>Para o cálculo do valor justo utilizado na mensuração do valor recuperável, utilizou-se a abordagem de custo (normalmente referido como custo de substituição ou reposição), a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder concedente em caso de devolução, relicitação ou caducidade do contrato de concessão.</p> <p>Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação do valor justo, à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos, para a mensuração do valor justo, as indenizações que são previstas nos contratos de concessão, em caso de término do contrato de concessão antes de seu prazo contratual. Avaliamos ainda a opinião legal dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia relativa às referidas indenizações.</p> <p>Adicionalmente, consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras, quanto às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas no teste do valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão, assim com as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1 às demonstrações financeiras, que descreve que após não ter obtido sucesso nas tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a revisão das condições do contrato de concessão, a Companhia ingressou em maio de 2018 com demanda judicial requerendo que seja, preliminarmente, autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos, que nenhuma penalidade seja imputada à Companhia pela ANTT e, que a ANTT seja condenada a revisar o Contrato de Concessão, ou na inadmissibilidade de tal revisão, que o contrato seja rescindido. A ação judicial está consubstanciada no entendimento da Administração de que houve modificação substancial das bases da contratação, que impedem a Companhia a dar a continuidade nos serviços nos moldes originalmente contratados. Até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável. Adicionalmente, em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao processo de relicitação, previsto pela Lei 13.448/17, iniciando assim, os trâmites que podem culminar com a devolução amigável da concessão. A conclusão deste processo dependerá de análise pela agência reguladora e de procedimento de qualificação perante o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) e posterior deferimento pelo Presidente da República. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.765	20.791	Financiamentos	15	46.018	977
Aplicações financeiras	6	24.635	11.838	Fornecedores	13	16.970	15.223
Contas a receber	7	12.048	12.658	Fornecedores - partes relacionadas	9	779	718
Contas a receber - partes relacionadas	9	31	12	Impostos e contribuições a recolher		2.928	2.754
Tributos a recuperar		716	774	Obrigações parceladas	18	486	-
Adiantamento a fornecedor		-	500	Obrigações sociais e trabalhistas	14	10.185	10.727
Despesas antecipadas e outras		1.848	1.453	Obrigações com o poder concedente		873	841
				Arrendamento mercantil	12b	4	-
				Dividendos a pagar		-	3.302
				Outras obrigações		421	34
Total do ativo circulante		51.043	48.026	Total do passivo circulante		78.664	34.576
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	6	29.287	-	Financiamentos	15	805.123	845.843
Tributos a recuperar		17	16	Tributos diferidos	8b	61.953	29.935
Depósitos judiciais		381	339	Obrigações parceladas	18	893	-
		29.685	355	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	16	1.136	98
				Provisão de manutenção	17	153.375	90.873
				Obrigações trabalhistas		49	-
Imobilizado	10	90.984	109.292	Total do passivo não circulante		1.022.529	966.749
Intangível	11	1.680.742	1.493.388				
Intangível em construção	11	151.500	281.775	Patrimônio líquido			
Arrendamento mercantil	12a	4	-	Capital social	19b	871.000	848.000
Total do ativo não circulante		1.952.915	1.884.810	Reservas de lucros		31.765	83.511
						902.765	931.511
Total do ativo		2.003.958	1.932.836	Total do passivo e patrimônio líquido		2.003.958	1.932.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	20	291.883	408.832
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(19.119)	(132.990)
Serviços		(68.699)	(45.638)
Custos com obrigações poder concedente		(16.742)	(16.303)
Depreciação e amortização	10 e 11	(42.670)	(36.459)
Custo com pessoal		(32.767)	(35.332)
Provisão de manutenção	17	(54.134)	(53.759)
Materiais, equipamentos e veículos		(25.933)	(18.903)
Outros		(3.946)	(7.530)
		<u>(264.010)</u>	<u>(346.914)</u>
Lucro bruto		27.873	61.918
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(7.027)	(9.771)
Serviços		(14.478)	(12.599)
Materiais, equipamentos e veículos		(938)	(597)
Depreciação e amortização	10 e 11	(8.088)	(7.535)
Provisão para perda esperada - Contas a receber		35	147
Água, luz, telefone, internet e gás		(859)	(804)
Despesas e multas indedutíveis		(2.662)	-
Outros		(3.293)	(2.582)
		<u>(37.310)</u>	<u>(33.741)</u>
Outros resultados operacionais		1.069	443
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(8.368)</u>	<u>28.620</u>
Resultado financeiro	21	(14.662)	(6.961)
(Prejuízo) lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(23.030)</u>	<u>21.659</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	(32.018)	(7.756)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		<u>(55.048)</u>	<u>13.903</u>
(Prejuízo) lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	19e	<u>(0,06010)</u>	<u>0,01687</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(55.048)	13.903
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(55.048)</u></u>	<u><u>13.903</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de Lucros		Reserva especial de dividendos	(Prejuízos) lucros acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2018	806.000	(23.000)	3.645	51.948	7.510	-	846.103
Integralização de capital em 05 de março de 2018	-	23.000	-	-	-	-	23.000
Reversão da provisão do dividendo mínimo obrigatório em 06 de abril de 2018	-	-	-	-	9.807	-	9.807
Subscrição e integralização de capital em 16 de maio de 2018	28.000	-	-	-	-	-	28.000
Subscrição e integralização de capital em 28 de junho de 2018	6.000	-	-	-	-	-	6.000
Subscrição e integralização de capital em 26 de julho de 2018	8.000	-	-	-	-	-	8.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.903	13.903
Destinações:							
Reserva legal	-	-	695	-	-	(695)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(3.302)	(3.302)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	9.906	-	(9.906)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	848.000	-	4.340	61.854	17.317	-	931.511
Subscrição e integralização de capital em 28 de março de 2019	23.000	-	-	-	-	-	23.000
Aumento de capital em 26 de setembro de 2019	45.000	(45.000)	-	-	-	-	-
Reversão da provisão do dividendo mínimo obrigatório em 30 de abril de 2019	-	-	-	-	3.302	-	3.302
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(55.048)	(55.048)
Destinações:							
Absorção de prejuízo	-	-	-	(55.048)	-	55.048	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	916.000	(45.000)	4.340	6.806	20.619	-	902.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(55.048)	13.903
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.018	7.756
Depreciação e amortização	50.714	43.994
Baixa do ativo imobilizado	307	706
Juros e variação monetária sobre financiamentos	71.455	75.310
Capitalização de custo de empréstimos	(63.536)	(73.828)
Provisão para perda esperada	(35)	(147)
Juros sobre impostos parcelados	227	-
Constituição e reversão de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	2.299	909
Atualização de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	89	(12)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	1	-
Depreciação - arrendamento mercantil	44	-
Constituição da provisão de manutenção	54.134	53.759
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	8.368	6.313
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(2)	1
	101.035	128.664
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	645	(2.257)
Contas a receber - partes relacionadas	(19)	33
Tributos a recuperar	57	45
Adiantamento a fornecedores	500	(500)
Despesas antecipadas e outras	(437)	(283)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	1.931	(2.099)
Fornecedores - partes relacionadas	61	35
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	(1.350)	(826)
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	1.326	(401)
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-	(216)
Obrigações sociais e trabalhistas	(493)	(1.786)
Outras contas a pagar	419	18
	103.675	120.427
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	103.675	120.427
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(4.673)	(7.069)
Adições ao ativo intangível	(21.765)	(139.574)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(12.797)	221
	(39.235)	(146.422)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(39.235)	(146.422)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	23.000	65.000
Aplicações na conta reserva	(29.287)	-
Financiamentos		
Captações (líquidas de custos de transação)	-	(122)
Pagamentos de juros	(67.134)	(68.150)
Arrendamento mercantil		
Pagamentos	(45)	-
	(73.466)	(3.272)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(73.466)	(3.272)
Redução caixa e equivalentes de caixa	(9.026)	(29.267)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	20.791	50.058
No final do exercício	11.765	20.791
	(9.026)	(29.267)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstração do valor adicionado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receitas			
Receitas de pedágio	20	291.394	293.626
Receitas de construção	20	19.119	132.990
Receitas acessórias	20	7.257	8.409
Juros capitalizados		63.536	73.828
Provisão para perda esperada - contas a receber		35	147
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção		(19.119)	(132.990)
Provisão de manutenção	17	(54.134)	(53.759)
Custos dos serviços prestados		(113.745)	(87.028)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(22.354)	(17.240)
Valor adicionado bruto		<u>171.989</u>	<u>217.983</u>
Depreciação e amortização	10 e 11	(50.758)	(43.994)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>121.231</u>	<u>173.989</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	21	<u>2.541</u>	<u>1.729</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>123.772</u>	<u>175.718</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		22.172	25.893
Benefícios		9.583	9.890
FGTS		1.567	1.823
Outros		682	827
Tributos			
Federais		48.805	25.588
Estaduais		162	174
Municipais		14.963	15.108
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		80.655	82.388
Aluguéis		231	124
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		-	3.302
(Prejuízo) lucro retidos do exercício		<u>(55.048)</u>	<u>10.601</u>
		<u>123.772</u>	<u>175.718</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

a) Constituição e objeto:

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens veiculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos. Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16 de julho de 2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução nº 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei nº 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em maio de 2016, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de nº 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km de duplicação, totalizando 87 km que foram concluído em junho de 2017.

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.183 de 12 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2017, foram aplicados o 2º reajuste ordinário e o 4º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.414 de 11 de setembro de 2017, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2018, foram aplicados o 3º reajuste ordinário e o 5º reajuste extraordinário conforme deliberação nº 700 de 13 de setembro de 2018, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 30 de novembro de 2019, foram aplicados o 4º reajuste ordinário e o 6º reajuste extraordinário conforme deliberação nº 1.024 de 26 de novembro de 2019, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão. No entanto, a Companhia obteve suspensão dos efeitos da deliberação, com a consequente suspensão da redução da tarifa até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual. Deste modo, a Companhia retomou a cobrança do valor anterior da tarifa às 00:00 do dia 1º de dezembro de 2019.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Outras informações relevantes:

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

i. Suspensão da cobrança de pedágio

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso do Sul - OAB/MS ajuizou tutela cautelar antecipatória, processo nº 0004181-71.2017.403.6000, em face da Companhia, ANTT e União Federal, alegando o descumprimento do Contrato de Concessão por parte da Companhia e pleiteando a suspensão da cobrança de pedágio. Na audiência de 20 de junho de 2017, o juiz determinou que a ANTT se manifestasse sobre o pedido de revisão contratual efetuado pela Companhia.

Em 09 de outubro de 2017, a ANTT apresentou petição informando que as obras de duplicação da rodovia foram retomadas pela Companhia, de modo que tornou -se desnecessário o pedido de revisão contratual. Em 26 de outubro de 2017, a Companhia apresentou sua manifestação, concordando com a ANTT e requerendo a extinção do processo.

Em 24 de novembro de 2017, a União apresentou petição reiterando o seu pedido de exclusão da lide. A OAB/MS apresentou petição requerendo nova audiência de conciliação e que fossem julgados procedentes os pedidos. Após, a ANTT também se manifestou requerendo a extinção da ação, por falta de interesse processual da OAB/MS, tendo em vista que restou demonstrado que a Companhia já havia retomado as obras de duplicação da rodovia. Em 19 de abril de 2018, foi proferido despacho determinando a manifestação das partes sobre a perda superveniente do interesse processual alegada na manifestação da ANTT. Em 23 de abril de 2018, a Companhia apresentou petição concordando com a manifestação da ANTT, bem como requerendo a extinção do processo. Em 26 de abril de 2018, a OAB/MS requereu prazo adicional para se manifestar sobre as petições da ANTT e da Companhia, que solicitaram a extinção do feito e, na sequência, apresentou petição requerendo a rejeição dos pedidos de extinção do feito e reforçando o seu pedido de concessão da tutela de urgência. Em 24 de setembro de 2018, foi proferida decisão indeferindo a antecipação de tutela requerida pela OAB/MS.

Foi determinada, ainda, a citação das rés e a exclusão da União do polo passivo da ação.

A OAB/MS requereu a dilação de prazo para apresentar o pedido principal, que foi deferido em despacho publicado em 14 de março de 2019.

Em 02 de abril de 2019, foi proferida sentença extinguindo o feito sem resolução do mérito, a qual foi publicada em 08 de abril de 2019. Como o prazo para eventual recurso da OAB/MS já transcorreu sem a interposição de recurso, em 27 de agosto de 2019, foi certificado o trânsito em julgado da sentença que extinguiu o processo, sem exame de mérito.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Revisão contratual extraordinária

Em 06 de abril de 2017, a Companhia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à Companhia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impediam a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Em 03 de janeiro 2018, a ANTT encaminhou à Companhia ofício comunicando a rejeição do pleito de revisão das condições do Contrato de Concessão, sob o fundamento de que os eventos narrados pela Companhia seriam riscos que teriam sido, no Contrato de Concessão, alocados à Companhia.

Dessa forma, não restou outra opção à Companhia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União (Processo nº 1009737-97.2018.4.01.3400, em trâmite perante a 22ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal), para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a Companhia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do Contrato de Concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do Contrato de Concessão.

Em 25 de maio de 2018, o juiz proferiu decisão determinando que a ANTT se abstenha, até deliberação posterior, de aplicar qualquer tipo de penalidade contra a Companhia. Após a citação da ANTT e da União, as mesmas contestaram a ação e, posteriormente, a Companhia apresentou sua manifestação em 04 de julho de 2018.

Em 17 de outubro de 2018, foi realizada audiência de conciliação na qual as partes acordaram de suspender o processo por 90 dias, para que fossem realizadas tratativas administrativas, a fim de concretizar um possível acordo.

Em 05 de fevereiro de 2019, a ANTT apresentou petição, para requerer a suspensão do processo por mais 60 dias, o que foi deferido.

Em 11 de abril de 2019, a ANTT formulou novo pedido de prorrogação, requerendo a dilação da suspensão por mais 45 dias.

Diante do transcurso do prazo adicional de 45 dias sem qualquer manifestação da ANTT, bem como considerando que a Agência informou que seria aplicado o Fator D, com fundamento nesse fato novo, a Companhia, em 13 de junho de 2019, apresentou petição reiterando os pedidos liminares inicialmente formulados, sobretudo no que diz respeito à suspensão da aplicação do Fator D.

Em 29 de julho de 2019, a Companhia apresentou nova petição informando que a ANTT havia notificado a Companhia para se manifestar, no prazo de 15 dias, sobre a Nota Técnica nº 2330, que consignou os resultados preliminares da revisão tarifária em andamento e apontou eventual redução tarifária em setembro de 2019 da ordem de 54,27% ou da ordem de 40,58% (caso o recálculo seja diluído ao longo dos próximos 36 meses). Com fundamento nesse fato novo, foi reiterado o pedido liminar formulado na inicial para suspender a aplicação do “Fator D”.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 17 de setembro de 2019, foi proferida decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência formulado pela Companhia. Em 26 de setembro de 2019, a Companhia interpôs o recurso de agravo de instrumento requerendo a reforma da decisão recorrida, o qual foi indeferido em 16 de outubro de 2019. Em 1ª. instância, o processo segue na fase de instrução.

No âmbito administrativo, o procedimento que tem por objeto a revisão ordinária, a revisão extraordinária e o reajuste tarifário, por meio da Deliberação da ANTT nº 1025/19, em 26 de novembro de 2019, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS, motivo que ensejou a ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar (proc. nº 1039786-87.2019.4.01.3400), descrita no item iii. abaixo.

iii. Redução Tarifária

Em 26 de novembro de 2019, a ANTT, por meio da Deliberação nº 1025/19 (publicada no Diário Oficial em 27 de novembro de 2019) proferida no âmbito do Processo Administrativo n.º 50501.313777/2018-04, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS. O valor da tarifa com redução passou a ser cobrado à 00h00 de 30 de novembro de 2019.

Em 27 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar, buscando a suspensão da Deliberação n.º 1025/19, que foi distribuída para a 22ª Vara da Justiça Federal de Brasília (proc. nº 1039786-87.2019.4.01.3400). Em 29 de novembro de 2019, o juízo de 1ª. instância proferiu decisão que indeferiu o pedido liminar.

Em 30 de novembro de 2019, a Companhia interpôs recurso de agravo de instrumento perante o TRF da 1ª Região buscando a reforma da decisão e o deferimento do pedido de liminar para suspender os efeitos da Deliberação n.º 1025/19. No mesmo dia, foi proferida decisão que concedeu a liminar recursal, suspendendo os efeitos da Deliberação nº 1025/19 e, assim, a consequente suspensão da redução na tarifa, até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral. Deste modo, a Companhia retomou a cobrança do valor anterior da tarifa básica de pedágio à 00h00 de 1º. de dezembro de 2019.

iv. Relicitação

Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao “Processo de Relicitação”, objeto da Lei 13.448/2017, ressaltando-se que tal requerimento foi elaborado com base nos requisitos exigidos nos termos do Decreto Federal nº 9.957/2019, que o disciplinou.

Com este requerimento, a Companhia inicia os trâmites que podem culminar com a devolução amigável da concessão, sendo o sistema rodoviário submetido a uma nova licitação (Relicitação) pelo Poder Concedente. A conclusão deste processo dependerá de análise pela agência reguladora e de procedimento de qualificação perante o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), a ser posteriormente deferido pelo Presidente da República; e, finalmente, objeto de assinatura de Aditivo Contratual a ser acordado entre as Partes – que efetivamente torna o processo irreversível. Com base na resolução, estima-se que o período para realização dessa etapa seja de 6 (seis) meses.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ocorrendo a assinatura de Aditivo Contratual, proceder-se-á aos levantamentos dos valores a serem indenizados à concessionária pelos investimentos realizados, com base na metodologia estabelecida pela Resolução nº 5.860, de 3 de dezembro de 2019, da ANTT. Com base na resolução, estima-se que o período para a realização dessa etapa seja de 24 (vinte e quatro) meses. A legislação aplicável prevê que eventual discussão sobre montantes indenizáveis será discutida em procedimento de Arbitragem.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) *Receitas de contratos com clientes*

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

- Classificação

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado e ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- Mensuração e desreconhecimento

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

- Aplicações financeiras

Refere-se a investimentos financeiros com vencimento original superior a três meses ou com vencimento inferior a esse prazo, porém sem previsão de utilização nesse período.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) *Custo de transação na emissão de títulos de dívida*

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) *Ativo imobilizado*

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “o”

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

p) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2019, a seguinte norma:

- **CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos**

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O impacto da aplicação da IFRS 16 / CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial foi concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como a substituição da despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização linear de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia aplicou a IFRS 16 / CPC 06 (R2) inicialmente usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 foi reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O efeito da adoção inicial da IFRS 16 / CPC 06 (R2) foi de R\$ 48 na rubrica Arrendamento mercantil, no passivo circulante, tendo como contrapartida a rubrica Direito de uso em arrendamento no ativo imobilizado. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro**

Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre a Renda, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 05 de março de 2020, foi autorizado pelo Conselho da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2o Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
- 8b Impostos diferidos
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 16 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
- 17 Provisão de manutenção
- 22 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juro e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativos aos financiamentos; (2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as aplicações financeiras; e (3) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n^{os} 6, 9, 15, 22 e 23.

As tarifas de pedágio da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Financiamentos (a)	89.948	87.091	84.382	81.673	910.113
Fornecedores e outras contas a pagar	17.391	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	779	-	-	-	-
Obrigações com poder concedente	873	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 27.621 substancialmente composto por fornecedores e financiamentos, detalhados nas notas explicativas nº 13 e 15, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro do acionista controlador final, CCR S.A..

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	11.765	11.517
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	-	9.274
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>11.765</u>	<u>20.791</u>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	24.635	11.838
Total - Circulante	<u>24.635</u>	<u>11.838</u>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Não circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (Garantia BNDES - maiores detalhes vide NE 15)	29.287	-
Total - Não circulante	<u>29.287</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 97,83% do CDI, equivalente a 5,81% ao ano (99,27% do CDI, equivalente a 6,34% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	2019	2018
Circulante		
Receitas acessórias (a)	1.442	2.155
Pedágio eletrônico (b)	10.723	10.655
	12.165	12.810
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(117)	(152)
	12.048	12.658

Idade de vencimentos dos títulos

	2019	2018
Crédito a vencer	12.042	12.658
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	6	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	1
Créditos vencidos há mais de 180 dias	117	151
	12.165	12.810

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
e
- (c) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para a Companhia.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2019	2018
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(23.030)	21.659
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	7.830	(7.364)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Remuneração variável de dirigentes estatutários	21	(347)
Despesas indedutíveis	(940)	(38)
Impostos diferidos não constituídos (a)	(30.812)	-
Outros ajustes tributários	(8.117)	(7)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(32.018)	(7.756)
Impostos diferidos	(32.018)	(7.756)
Alíquota efetiva de impostos	-139,03%	35,81%

- (a) Em 2019, foram realizados testes de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos da Companhia e em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro não foi reconhecido imposto diferido.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2019				
	2018	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (b)	-	12.978	12.978	12.978	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.264	(1.264)	-	-	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	485	(485)	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	33	(33)	-	-	-
Provisão de manutenção	30.896	(13.173)	17.723	17.723	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(65.348)	(27.306)	(92.654)	2.050	(94.704)
Outros	2.735	(2.735)	-	-	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(29.935)	(32.018)	(61.953)	32.751	(94.704)
Compensação de imposto	-	-	-	(32.751)	32.751
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(29.935)	(32.018)	(61.953)	-	(61.953)

	2018				
	2017	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.522	(258)	1.264	1.264	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	535	(50)	485	485	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	9	24	33	33	-
Provisão de manutenção	10.473	20.423	30.896	30.896	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(34.718)	(30.630)	(65.348)	10.202	(75.550)
Outros	-	2.735	2.735	2.735	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(22.179)	(7.756)	(29.935)	45.615	(75.550)
Compensação de imposto	-	-	-	(45.615)	45.615
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(22.179)	(7.756)	(29.935)	-	(29.935)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.
- (b) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

de 2025 em diante	<u>12.978</u>
	<u>12.978</u>

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias no montante de R\$ 114.529 (R\$ 38.940 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2019), por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro. Em 31 de dezembro de 2018 não havia diferenças temporárias não utilizadas.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Transações</u>		<u>Saldos</u>	
	<u>2019</u>		<u>2019</u>	
	Despesas com serviços prestados	Intangível	Ativo	Passivo
			Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	3.633 (a)	-	-	284 (a)
CPC	5.893 (b)	-	15 (c)	495 (b)
Outras partes relacionadas				
Intercement Brasil S.A	-	225 (d)	-	-
ViaSul	-	-	16 (c)	-
Total, 31 de dezembro de 2019	<u>9.526</u>	<u>225</u>	<u>31</u>	<u>779</u>

	<u>Transações</u>		<u>Saldos</u>	
	<u>2018</u>		<u>2018</u>	
	Despesas com serviços prestados	Intangível	Ativo	Passivo
			Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	3.507 (a)	-	7 (c)	274 (a)
CPC	5.062 (b)	444 (b)	1 (c)	444 (b)
Outras partes relacionadas				
Intercement Brasil S.A	-	763 (d)	-	-
RodoNorte	-	-	3 (c)	-
Renovias	-	-	1 (c)	-
Total, 31 de dezembro de 2018	<u>8.569</u>	<u>1.207</u>	<u>12</u>	<u>718</u>

Despesas com profissionais chaves da administração

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração (e):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	882	2.569
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	842	1.387
Reversão de PPR do ano anterior pago no ano	(1.235)	-
Previdência privada	43	12
Seguro de vida	2	4
	<u>534</u>	<u>3.972</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração dos administradores (e)	925	1.560

Na Assembleia Geral Ordinária (AGOE) realizada em 30 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 6.900, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na BR-163/MS, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor; e
- (e) Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2018		2019			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		1.398	-	(28)	219	-	1.589
Máquinas e equipamentos		80.834	-	(201)	760	-	81.393
Veículos		21.008	-	(2.236)	4.955	-	23.727
Instalações e edificações		296	-	-	-	-	296
Terrenos		828	-	-	-	-	828
Sistemas operacionais		53.559	-	-	262	-	53.821
Imobilizações em andamento		6.712	5.065	-	(9.265)	(93)	2.419
Total custo		<u>164.635</u>	<u>5.065</u>	<u>(2.465)</u>	<u>(3.069)</u>	<u>(93)</u>	<u>164.073</u>
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(375)	(138)	13	(197)	-	(697)
Máquinas e equipamentos	12	(22.139)	(11.365)	104	196	-	(33.204)
Veículos	24	(18.079)	(2.647)	2.134	-	-	(18.592)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	-	-	(296)
Sistemas operacionais	15	(14.454)	(5.847)	-	1	-	(20.300)
Total depreciação		<u>(55.343)</u>	<u>(19.997)</u>	<u>2.251</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(73.089)</u>
Total geral		<u>109.292</u>	<u>(14.932)</u>	<u>(214)</u>	<u>(3.069)</u>	<u>(93)</u>	<u>90.984</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de depreciação %	2017		2018		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		1.370	-	(13)	41	1.398
Máquinas e equipamentos		67.705	-	(388)	13.517	80.834
Veículos		22.345	-	(2.090)	753	21.008
Instalações e edificações		296	-	-	-	296
Terrenos		828	-	-	-	828
Sistemas operacionais		45.720	-	(76)	7.915	53.559
Imobilizações em andamento		22.170	8.647	-	(24.105)	6.712
Total custo		160.434	8.647	(2.567)	(1.879)	164.635
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(242)	(137)	4	-	(375)
Máquinas e equipamentos	13	(11.504)	(10.758)	127	(4)	(22.139)
Veículos	24	(14.989)	(4.799)	1.709	-	(18.079)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	-	(296)
Sistemas operacionais	11	(9.185)	(5.294)	21	4	(14.454)
Total depreciação		(36.216)	(20.988)	1.861	-	(55.343)
Total geral		124.218	(12.341)	(706)	(1.879)	109.292

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 392 em 2019 (R\$ 1.578 em 2018). A taxa média de capitalização em 2019, foi de 7,79% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamento) e de 8,02% a.a. em 2018.

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Ativo 100% depreciado.
- (c) Reclassificações do ativo imobilizado para o resultado.

11. Intangível

	Taxa média anual de amortização %	2018		2019		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.531.800	-	214.938	(81)	1.746.657
Direitos de uso de sistemas informatizados		9.241	-	2.785	-	12.026
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	145	284	-	429
Intangível		1.541.041	145	218.007	(81)	1.759.112
Intangível em construção		281.775	84.764	(214.938)	(101)	151.500
Total custo		1.822.816	84.909	3.069	(182)	1.910.612
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(42.872)	(28.589)	-	-	(71.461)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(4.781)	(2.128)	-	-	(6.909)
Total amortização		(47.653)	(30.717)	-	-	(78.370)
Total geral		1.775.163	54.192	3.069	(182)	1.832.242

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de amortização %	2017		2018		
		Saldo inicial	Adoção inicial CPC 47 / IFRS 15	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.600.524	(654.032)	-	585.308	1.531.800
Direitos de uso de sistemas informatizados		8.589	-	-	652	9.241
Intangível		1.609.113	(654.032)	-	585.960	1.541.041
Intangível em construção		-	654.032	211.824	(584.081)	281.775
Total custo		1.609.113	-	211.824	1.879	1.822.816
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(21.670)	-	(21.202)	-	(42.872)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(2.977)	-	(1.804)	-	(4.781)
Total amortização		(24.647)	-	(23.006)	-	(47.653)
Total geral		1.584.466	-	188.818	1.879	1.775.163

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 63.144 em 2019 (R\$ 72.250 em 2018). A taxa média de capitalização em 2019 foi de 7,79% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamento) e de 8,02% a.a. em 2018.

- (a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Amortização pela curva de benefício econômico.
- (c) Baixa de caução referente ao pagamento de indenização trabalhista.

À luz do processo judicial, mencionado no item b) Outras informações relevantes, subitem b.ii, desta nota explicativa, aplicou-se a análise de recuperabilidade por valor justo, utilizando a abordagem de custo (normalmente referido como custo de substituição ou reposição), a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente em caso de devolução, relicitação ou caducidade do contrato de concessão. Tal cenário é compreendido como o mais adequado para análise de recuperação de seus ativos, tendo em vista a discussão judicial para o ressarcimento do saldo contábil líquido de amortização dos investimentos realizados na concessão.

12. Arrendamento mercantil

a. Direito de uso em arrendamento

	2018		2019	
	Saldo inicial	Adoção inicial IFRS 16 / CPC 06	Depreciação	Saldo final
Máquinas e equipamentos	-	48	(44)	4

b. Passivo de arrendamento

	2018		2019		
	Saldo inicial	Adoção inicial IFRS 16 / CPC 06	Reversão do ajuste a valor presente	Pagamentos	Saldo final
Circulante	-	(48)	(1)	45	(4)

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 7,54% a.a. para contratos de arrendamentos.

13. Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	16.956	15.128
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	14	95
	<u>16.970</u>	<u>15.223</u>

(a) Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
INSS sobre folha de pagamento	583	589
IRRF de empregados	203	286
FGTS	189	202
Sesi/Senai	107	143
Salários a pagar	1.225	1.336
Provisão para participação nos resultados	4.765	4.965
Provisão para férias	2.268	2.312
Outras obrigações trabalhistas	845	894
	<u>10.185</u>	<u>10.727</u>

15. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2019	Vencimento final	2019	2018
Em moeda nacional							
1. BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338% (a)	17.013	12.785	Março de 2039	671.028	667.679 (b) (c)
2. Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918 % (a)	2.598	2.013	Março de 2039	128.028	127.421 (b) (c)
2. Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844% (a)	2.671	2.079	Março de 2039	52.085	51.720 (b) (c)
Total geral				<u>16.877</u>		<u>851.141</u>	<u>846.820</u>
Circulante							
Financiamentos						47.617	2.586
Custos de transação						(1.599)	(1.609)
						<u>46.018</u>	<u>977</u>
Não Circulante							
Financiamentos						820.401	862.735
Custos de transação						(15.278)	(16.892)
						<u>805.123</u>	<u>845.843</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias:

- (b) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora CCR S.A.
- (c) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2019
2021	44.952
2022	44.954
2023	44.954
2024 em diante	685.541
	<u>820.401</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 14 de março de 2016, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$ 2.109.915, com vencimento final em 15 de março de 2039. O valor do financiamento está dividido em 18 subcréditos, incluindo o subcrédito social no valor de R\$ 11.542, destinado a aprovação de projetos sociais no âmbito da comunidade pelo BNDES.

Em 15 de abril 2016, foi realizado o primeiro desembolso deste contrato, no valor de R\$ 587.039, que liquidou o empréstimo ponte, junto a este mesmo banco.

Em 10 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato direto do BNDES, sendo R\$ 22.390 referente ao subcrédito A e R\$ 52.560 referente ao subcrédito R1, com remuneração de TJLP + 2% a.a..

Sobre a dívida incide juros de TJLP + 2,0% a.a., exceção feita ao subcrédito social, sobre o qual incidirá apenas a TJLP. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, a partir de 15 de junho de 2016, e mensalmente a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal.

As garantias serão divididas em três fases: (i) *pré completion*, (ii) *completion* parcial, e (iii) *completion* total:

(i) *Pré Completion*: As garantias consistem de: - (a) fiança corporativa da CCR; (b) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela CPC; e (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergentes da concessão.

(ii) *Completion* Parcial, definido essencialmente pela conclusão das obras de duplicação previstas no contrato de financiamento. As garantias consistem de (a) fiança corporativa da CCR de 50% do saldo da dívida; (b) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela CPC; e (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergentes da concessão.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) *Completion* Total, onde além do *completion* parcial supracitado, a Companhia deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2 e apresentação de Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1. As garantias consistem de: (a) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela CPC; (b) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

A CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras da controladora CCR. Em relação à Companhia, esta, deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

2. Em 12 de agosto de 2016, foram assinados os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal, com recursos do Programa Finisa (Finisa) e mediante repasse (Repasse) de recursos do BNDES, nos valores de R\$ 527.288 e R\$ 210.000, respectivamente, com vencimento final em 15 de março de 2039.

Em 07 de outubro de 2016, foi realizado o primeiro desembolso do Finisa no valor bruto de R\$ 103.800 e no dia 18 de outubro, R\$ 43.250, do Repasse.

Em 10 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato FINISA, no montante de R\$ 22.910.

Em 15 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato junto à Caixa, referente à repasse do BNDES, no montante de R\$ 9.545.

Sobre ambos contratos incide juros de TJLP + 2% ao ano. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão exigidos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano a partir de 15 de dezembro de 2016, e mensalmente, a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal ocorrerá em 15 de janeiro de 2020.

As garantias estão divididas em três etapas: (i) pré *completion*, (ii) *completion* parcial, e (iii) *completion* total, as quais são idênticas às do BNDES, divulgada no item 1, acima.

O resgate antecipado é permitido a qualquer tempo.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permaneceram bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo aplicado totaliza R\$ 29.287.

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2018		2019			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	78	660	(42)	(692)	9	13
Trabalhistas	20	1.719	(38)	(658)	80	1.123
Total	98	2.379	(80)	(1.350)	89	1.136

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2019	2018
Cíveis e administrativos	160.119	1.005
Trabalhistas e previdenciárias	382	370
	160.501	1.375

Com relação aos processos cíveis, a ANTT lavrou até 31 de dezembro de 2019, autos de infrações contra a Companhia, relativos a questões operacionais do contrato de concessão, os quais totalizam o valor de R\$ 159.570. A Companhia apresentou defesas administrativas e recursos administrativos no âmbito dos processos desses autos de infração, sendo que nenhum desses processos tem decisão final em âmbito administrativo.

17. Provisão de manutenção

	2018	2019		Saldo final
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	
Não circulante	90.873	54.134	8.368	153.375

As taxas anuais de 2018 e 2019, para cálculo do valor presente, foram de 7,54% e 6,60% respectivamente.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Obrigações parceladas

	2018		2019			
	Saldo inicial	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Transferência	Saldo final
Circulante						
Multa com o poder concedente	-	2.658	227	(1.506)	(893)	486
Não circulante						
Multa com o poder concedente	-	-	-	-	893	893

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 28 de março de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 23.000, mediante a emissão de 23.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 871.000, dividido em 871.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 26 de setembro de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 45.000, mediante a emissão de 45.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a serem totalmente subscritas e integralizadas até 30 de março de 2020, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração da CCR realizada em 28 de novembro de 2019, desta forma o capital social da Companhia permanece com o valor de R\$ 871.000.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

Em 30 de abril de 2019, foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO), a reversão total da provisão dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 3.302 para reserva especial de dividendos.

d. Reserva de retenção de lucros

De acordo com a Lei nº 6.404/76 artigo 189 parágrafo único, a Companhia efetuou a absorção dos prejuízos acumulados para Reserva de Retenção. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2020.

e. (Prejuízo) lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Numerador		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(55.048)	13.903
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>887.762</u>	<u>824.060</u>
(Prejuízo) lucro por ação - básico e diluído em R\$	(0,06201)	0,01687

20. Receitas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas de pedágio	291.394	293.626
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	19.119	132.990
Receitas acessórias	<u>7.257</u>	<u>8.409</u>
Receita bruta	<u>317.770</u>	<u>435.025</u>
Impostos sobre receitas	(25.850)	(26.139)
Devoluções e abatimentos	<u>(37)</u>	<u>(54)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(25.887)</u>	<u>(26.193)</u>
Receita líquida	<u><u>291.883</u></u>	<u><u>408.832</u></u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(68.808)	(69.381)
Variação monetária sobre financiamentos	(2.647)	(5.929)
Juros sobre obrigações parceladas	(227)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(8.368)	(6.313)
Capitalização de custos dos financiamentos	63.536	73.828
Variações cambiais s/fornecedores estrangeiros	-	(2)
Ajuste a valor presente e variação - arrendamento mercantil	(1)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(688)	(893)
	<u>(17.203)</u>	<u>(8.690)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.493	1.471
Variações cambiais s/ fornecedores estrangeiros	2	1
Juros e outras receitas financeiras	46	257
	<u>2.541</u>	<u>1.729</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(14.662)</u>	<u>(6.961)</u>

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2019			2018		
	Valor justo por meio de resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixas e bancos	11.765	-	-	11.517	-	-
Aplicações financeiras	24.635	-	-	21.112	-	-
Contas a receber	-	12.048	-	-	12.658	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	29.287	-	-	-	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	31	-	-	12	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(851.141)	-	-	(846.820)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(17.219)	-	-	(15.257)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(779)	-	-	(718)
Arrendamento mercantil	-	-	(4)	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(3.302)
Obrigações com poder concedente	-	-	(873)	-	-	(841)
Total	65.687	12.079	(870.016)	32.629	12.670	(866.938)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, dividendos a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2019	2018
Nível 2:		
Aplicações financeiras	53.922	21.112

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ^{(5) e (6)}	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	683.813	(49.318)	(58.176)	(67.036)
CEF (REPASSE BNDES)	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	54.164	(3.907)	(4.608)	(5.310)
CEF (FINISA)	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	130.041	(9.379)	(11.063)	(12.748)
Auto de infração parcelado - Poder Concedente	Selic ⁽⁴⁾		1.379	(61)	(76)	(91)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁴⁾	CDI ⁽³⁾		18.988	822	1.027	1.233
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁴⁾	CDI ⁽³⁾		5.647	253	316	379
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	CDI ⁽³⁾		29.287	1.249	1.561	1.873
				<u>(60.341)</u>	<u>(71.019)</u>	<u>(81.700)</u>

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (3) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela BNDES;
- (3) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela B3;
- (4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP).

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Compromisso de investimento	<u>4.407.938</u>	<u>4.535.658</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

24. Demonstração do fluxo de caixa

a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Financiamento</u>	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Aplicações financeiras</u>	<u>Arrendamento mercantil</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(846.820)	(3.302)	-	-	(848.000)	(1.698.122)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Integralização de capital	-	-	-	-	(23.000)	(23.000)
Dividendos pagos	-	3.302	-	-	-	3.302
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	-	(29.287)	-	-	(29.287)
Pagamentos de principal	-	-	-	45	-	45
Pagamentos de juros	67.134	-	-	-	-	67.134
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>67.134</u>	<u>3.302</u>	<u>(29.287)</u>	<u>45</u>	<u>(23.000)</u>	<u>18.194</u>
Outras variações						
Adoção inicial da IFRS 16 / CPC 06	-	-	-	(48)	-	(48)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	(1)	-	(1)
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(71.455)	-	-	-	-	(71.455)
Total das outras variações	<u>(71.455)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(49)</u>	<u>-</u>	<u>(71.504)</u>
Saldo Final	<u>(851.141)</u>	<u>-</u>	<u>(29.287)</u>	<u>(4)</u>	<u>(871.000)</u>	<u>(1.751.432)</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Sami Farah Junior	Conselheiro
Josiane Carvalho de Almeida	Conselheiro

Composição da Diretoria

Guilherme Motta Gomes	Diretor Presidente/RI
Sami Farah Junior	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3"S"MS